

Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto

7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

I - Nota Introdutória

Por determinação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, foi remetida no dia 1 de Agosto de 2014 a esta Comissão Permanente a Proposta n.º 425/2014 para análise, discussão e emissão de parecer “com prazo até 22 de Setembro (para agendamento a 23 de Setembro)”, posteriormente alargado dado o agendamento da referida proposta em plenário estar previsto para a sessão de 30 de Setembro de 2014.

Após discussão, consulta aos documentos anexos à proposta, e atendendo aos esclarecimentos prestados ao Deputado relator na 1ª Comissão Permanente desta Assembleia, que igualmente aprecia a citada proposta, a Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto reunida a 25 de Setembro de 2014, deliberou elaborar o seguinte

Parecer relativo à Proposta n.º 425/2014

II – Enquadramento e determinação da competência da Assembleia Municipal na análise da proposta n.º 425/2014

1.1 – Âmbito e historial da Proposta n.º 425/2014

- 1) Em reunião extraordinária realizada a 23 de Julho de 2014, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou por maioria, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25º, do n.º 2 do artigo 26º, do n.º 3 do artigo 32º, alínea a) do n.º 1 do artigo 42º, n.º 1 e 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, aplicável por força do artigo 4º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, do artigo 24º e das alíneas a) e b) do artigo 27º dos Estatutos da EGEAC



apreciar favoravelmente, os Instrumentos de Gestão Previsional 2014 da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.

- 2) Entendeu igualmente mandar a Senhora Vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral da EGEAC, para votar favoravelmente os Instrumentos de Gestão Previsional 2014 da EGEAC nos termos anexos à presente proposta.
- 3) Por último, a CML deliberou aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Contrato-Programa 2014, que se encontra anexo à proposta, a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M, com a seguinte repartição de encargos, com enquadramento na rubrica orçamental 16.00/05.01.01.01 na acção do Plano E1.P001.01 e cabimento no orçamento em vigor:
 - a) € 3.000.000 (três milhões de euros) nos 05 (cinco) dias seguintes ao visto prévio do Tribunal de Contas;
 - b) € 4.143.005 (quatro milhões, seiscientos e quarenta e três mil euros e cinco cêntimos) até ao final o primeiro trimestre de 2015.

Ao valor acima referido acrescerá IVA, à taxa legal em vigor, no montante de € 1.642.891,15 (um milhão seiscientos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e um euros e quinze cêntimos), caso a Autoridade Tributária venha a emitir informação vinculativa nesse sentido, a acrescer à tranche prevista na alínea b), que passará a um montante máximo de € 5.785.896,15 (cinco milhões setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis euros e quinze cêntimos) contabilizado o IVA a 23%.

Sumarizando, estará apenas em apreciação pela Assembleia Municipal de Lisboa a matéria referente ao ponto 3) da deliberação, cujo valor global de 7.143.005,00 euros contempla a transferência do montante necessário à concretização do Plano de Actividades da EGEAC para 2014.

III– A EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A.

1.1 - A EGEAC é uma sociedade anónima, cujo capital é integralmente detido pelo Município de Lisboa (artigo 1.º, n.º 1 dos respectivos Estatutos,).

Considerando a titularidade exclusivamente municipal do capital social da EGEAC, é a mesma uma empresa local, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. A apreciação dos instrumentos de gestão previsional da EGEAC, enquanto empresa local, compete ao órgão



executivo da entidade participante (artigo 42.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto), isto é, à Câmara Municipal de Lisboa (artigo 5.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).

1.2 - A EGEAC tem como objecto social exclusivo “assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de actividades de projectos e iniciativas no domínio da cultura (artigo 4.º, n.º 1 dos respectivos Estatutos,), cumprindo-lhe gerir o conjunto de equipamentos geridos no artigo 4.º, n.º 2 dos respectivos

Estatutos, sendo por isso uma empresa de serviços gerais, como definida no artigo 45.º, alínea a) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

A prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes, no caso presente, o Município de Lisboa, nos termos do artigo 47.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

1.3 - São, actualmente, da competência de gestão e exploração da EGEAC os seguintes equipamentos inseridos em 3 categorias de classificação abrangente, assim como a promoção dos serviços elencados:

1) Monumentos e Museus

- Castelo de São Jorge
- Padrão dos Descobrimentos
- Museu do Fado
- Museu da Marioneta
- Casa Fernando Pessoa

2) Teatros e Cinema

- Teatro Municipal São Luiz
- Teatro Municipal Maria Matos
- Cinema São Jorge

3) Festas de Lisboa e Outros Eventos

- Gestão dos Patrocínios
- Comunicação e Imagem



IV – Da competência da Assembleia Municipal para a aprovação do Contrato-Programa para 2014 entre o Município e a EGEAC

A aprovação dos contratos-programa com as empresas de serviço geral compete ao órgão deliberativo da entidade participante, nos termos do artigo 47.º, n.º 5 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

O órgão deliberativo do Município é a Assembleia Municipal (artigo 5.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013), competindo-lhe, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal (artigo 5.º, n.º 1, alínea n) do Anexo I da Lei n.º 75/2013).

A Assembleia Municipal de Lisboa é assim competente para apreciar e deliberar sobre o ponto 3 da Proposta n.º 425/2014, aqui proposto por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, órgão com reserva de iniciativa nesta matéria, em reunião extraordinária realizada em 23 de Julho de 2014, na parte relativa à aprovação do Contrato-Programa para 2014 entre o Município de Lisboa e a EGEAC.

V – Da competência da Assembleia Municipal para a aprovação da repartição de encargos proposta

A proposta em análise visa ainda autorizar para execução do Contracto-Programa:

“A seguinte repartição de encargos, com enquadramento na rubrica orçamental 16.00/05.01.01.01 na acção do Plano E1.P001.01 e cabimento no orçamento em vigor:

- a) € 3.000.000 (três milhões de euros) nos 05 (cinco) dias seguintes ao visto prévio do Tribunal de Contas;*
- b) € 4.143.005 (quatro milhões, seiscientos e quarenta e três mil euros e cinco cêntimos) até ao final o primeiro trimestre de 2015.*

Ao valor acima referido acrescerá IVA, à taxa legal em vigor, no montante, para uma taxa de 23%, de € 1.642.891,15 (um milhão seiscientos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e um euros e quinze cêntimos), caso a Autoridade Tributária venha a emitir informação vinculativa nesse sentido, a acrescer à tranche prevista na alínea b), que passará a um montante máximo de € 5.785.896,15 (cinco milhões setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis euros e quinze cêntimos) para IVA a 23%.”



A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 8 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

VI – Assunção de Compromissos Plurianuais

Verificando-se a legalidade do Contrato-Programa, cuja aprovação é pedida a esta Assembleia Municipal, nada parece obstar à assunção dos compromissos plurianuais tal como constante na proposta, dado contemplar transferências financeiras relativas aos anos de 2014 e 2015.

VII – Conclusões do Parecer

A Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto entende não figurar no seu âmbito de ação imediato a emissão de conclusões detalhadas sobre os aspetos financeiros da proposta, que ficam no entanto expostos no corpo do presente parecer. Essa consideração prende-se simplesmente visto a presente proposta estar a ser objecto de parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, onde estão representadas no decurso dos trabalhos as forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Lisboa, evitando assim uma duplicação de pronúncia sobre o mesmo âmbito e objecto.

No entanto, a Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto manifesta a sua concordância com a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa em não considerar que o Contracto que regula a relação entre o Município e a EGEAC seja um contrato de prestação de serviços. A EGEAC tem uma missão, âmbito e competências próprias, que ficam uma vez mais explícitas no corpo do Contracto-Programa que visa “assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados, e a coesão económica e social local na área da cultura”. Assim sendo, os montantes em causa nesta proposta para transferência devem ser entendidos como um subsídio à exploração que visa colmatar uma actual exploração deficitária dado a EGEAC praticar, na maioria das suas actividades, preços abaixo do valor de mercado como incentivo à dinamização e participação cultural dos cidadãos lisboetas. Aceite este pressuposto pela Autoridade Tributária, ao qual foi pedido parecer pela CML ainda não atendido, não será necessário despendar de futuro o montante relativo ao IVA à taxa em vigor de 23% quantificado na proposta.

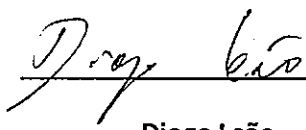


No âmbito da discussão desta Proposta foi também entendimento da Comissão recomendar para que de futuro sejam remetidas para apreciação desta mesma comissão todos os documentos de orientação, estratégia e programação cultural da EGEAC.

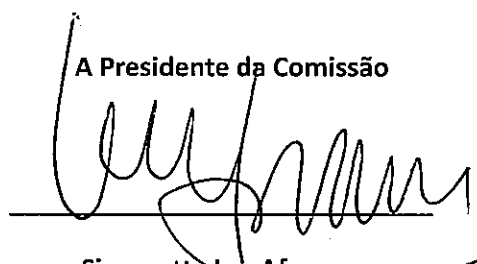
A Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto entende que a proposta n.º 425/2014 está em condições de ser discutida e submetida à votação em Plenário.

Lisboa, 25 de Setembro de 2014

O Deputado Relator


Diogo Leão

A Presidente da Comissão


Simonetta Luz Afonso